



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
*Conselho Municipal de Educação*

Ata nº 025 /2021

Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por videoconferência e em virtude da Pandemia da COVID 19, os conselheiros Lisiane Kisner Silveira Torres, Patrícia Lourenço, Rosimeri Machado, Sabrina Barreto, Sandra Greque, Tania Clarindo, Viviane Maria Rodrigues de Oliveira da Fontoura; a secretária Lílian Xavier Machado e a assessora Maria Aparecida Reyer, presididos pela conselheira Waléria Vargas Buseti. Ausente, por motivo justificado, as conselheiras Ana Garima, Suzane Barros e a assessora técnica Jaqueline Michelle. Também presentes na reunião a Coordenadora do Núcleo de Educação Infantil da Smed, Ângela Atalla, a Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos da SMed, Sílvia Soares, e os seguintes professores de EJA da rede municipal de ensino: Isabel Souza, Marilene Barenho, Cristiane Jagger, Jayme de Freitas, Claudete Ávila, Cristina Freitas, Ângelo, Bianca, Maria Auxiliadora, Aline, Márcia Ritta, Patrícia Barbosa, Luciane Nickel, Josiele, Valéria Vargas Mello, e a Gerente Pedagógica da SMed Arlete Correa. A reunião começou com a presidente dando as boas-vindas a todos e solicitando que os presentes iniciassem suas considerações sobre o motivo da solicitação da presente reunião. A professora Luciane relatou que o aluno da EJA não é mais uma criança e muitos são aqueles que simplesmente não comparecem às aulas e não se interessam

em aprender e que, portanto, deveria haver a possibilidade de que não avançassem para a etapa seguinte. A professora Maria Auxiliadora comentou sua experiência com a EJA na Escola Carmem Teixeira Baldino, relatando que a escola trabalha com o princípio da Temporalidade Flexível já há algum tempo e que o mesmo tem atendido bem as necessidades da escola, principalmente durante o período de pandemia. Trata-se de uma flexibilização do ano letivo, como, por exemplo, a primeira etapa poderá a vir a ter a duração de dois quadrimestres, ou seja, o aluno que não atender a todos os requisitos da primeira etapa, avança com ressalvas para a segunda etapa, porém ainda permaneceria tecnicamente na primeira. A professora Claudete mencionou sua preocupação em como seriam feitas as Atas da EJA nesse modelo de flexibilização. A professora Márcia Ritta afirmou que nunca se havia cogitado a possibilidade de realizar dois quadrimestres em um único e que os alunos foram avançando as etapas sem que tivessem tido as aulas adequadas nesse período de pandemia. O professor Ângelo também mencionou sua preocupação com as Atas uma vez que as direções das escolas sempre foram orientadas a permitir o avanço do aluno de EJA. A presidente do CME entende que o problema do avanço do aluno com restrições estaria em como configurá-lo no sistema existente. A professora Sílvia mencionou que a medida de Temporalidade Flexível é uma característica da escola Carmem Regina Teixeira Baldino e que a mesma não se adequaria às demais escolas, uma vez que não existe legislação para esse fim. A conselheira Sabrina lembrou a necessidade de considerar as questões apontadas pelas direções e professores de EJA uma vez que são eles que tem o total conhecimento sobre o assunto. Acrescentou que todas as colocações aqui expostas são legítimas, mas lembrou que se faz necessário seguir a

legislação vigente. A professora Bianca afirmou que a EJA se encontra abandonada na rede municipal já há muitos anos e que não existe um norte a ser seguido. Acrescentou que a EJA perdeu a identidade de educação para jovens e adultos e passou a ser caracterizada em sua maioria por adolescentes que não cumprem suas obrigações enquanto alunos, baseados na certeza de que receberão a aprovação ao final de cada etapa. Também destacou que, antigamente, a SMEd promovia encontros por área de conhecimento entre todos os professores de EJA e que havia uma grande troca de experiências e contribuições. A presidente do CME destacou a importância do tema discutido e disse acreditar que o mesmo não se esgotará em apenas uma reunião. A conselheira Tania lembrou que já há muito tempo a EJA não vem sendo discutida no cenário nacional e que o assunto requer muito estudo a fim de verificar se a metodologia usada pela escola Carmem Baldinho pode vir a ser utilizada pelas demais escolas, sem ferir a legislação vigente. Ainda, acrescentou que é importante pensar em estratégias para garantir o aprendizado construído e comprometido com toda a rede de ensino. A professora Patrícia Barbosa mencionou a preocupação com a aprovação automática do aluno menor de idade e que não deu nenhum retorno das atividades propostas. A professora Marilene concordou com a professora Patrícia e acrescentou que o maior problema é o aluno que, apesar dos vários chamamentos da escola, não comparece ou não realiza as atividades e, ao final de cada etapa, a escola se vê obrigada a promover esse aluno para a etapa seguinte. A conselheira Sabrina questionou que os alunos que comparecem somente ao final do ano letivo não poderiam ser considerados como evadidos ao que a professora Silvia respondeu que apenas os alunos maiores de idade podem ser configurados como

evadidos. A professora Patrícia sugeriu que os alunos menores de idade e que não comparecessem as aulas tivessem os familiares contatados para que assumissem a condição de evasão escolar. A professora Aline disse que na escola em que atua – CAIC – os alunos menores de idade que são infrequentes e que tornam a aparecer na escola dois ou três semestres depois, tem necessariamente que resgatar os semestres perdidos para depois avançar de etapa. A presidente do CME afirmou ser necessária uma ampla discussão sobre o assunto, principalmente quanto a questão de reprovação ou retenção na EJA. Sugeriu que os diretores e professores de EJA realizem uma reunião para apontarem suas principais reivindicações e elaborarem um documento a ser debatido em uma próxima reunião. Também solicitou que a SMEd encaminhe uma solicitação formal ao CME para nova análise sobre o assunto. A conselheira Sandra apontou que é necessário um profundo estudo sobre o tema sempre com o pensamento em todos os agentes envolvidos. A professora Bianca agradeceu a oportunidade de ser ouvida pelo CME ao que a presidente respondeu que as portas do Conselho Municipal de Educação sempre estarão abertas ao diálogo e ao trabalho em conjunto para fortalecer os vínculos e a qualidade da educação. A assessora Maria Aparecida manifestou seu contentamento com a presença de todos e afirmou que esse é um tema de importante relevância a ser amplamente debatido entre CME, SMEd e escolas com EJA. A professora Bianca questionou como ficará a situação dos alunos que não fazem a matrícula e continuam constantes na Plataforma. A conselheira Viviane solicitou que esses casos sejam encaminhados ao conhecimento do Conselho Tutelar acompanhado do relatório individual de cada aluno e das medidas adotadas pela escola. A professora Silvia agradeceu a receptividade do CME e manifestou sua

esperança de que o vínculo entre CME e SMEd se fortaleça cada vez mais. A partir desse momento, os representantes da SMEd e os professores de EJA retiraram-se da reunião. Dando continuidade, os conselheiros agendaram a data de dezesseis de setembro para realizar visita as escolas Tia Gleci, AMI e Corujinha, da qual participarão a conselheira Waléria, a assessora Maria Aparecida e a representante da SMEd, Ângela Atalla. Também agendaram-se as datas de vinte e dois e vinte e quatro de setembro para visitas as escolas de educação infantil com pedido de renovação de autorização de funcionamento, das quais farão parte as conselheiras Patrícia e Sandra e Tania e Ângela, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim presidente.

Lílian Xavier Machado

Secretária do CME

Waléria V. Buseti

Presidente do CME